

Desafios Referentes à Integração de um Enfoque de Gênero em Avaliações¹

Paola De Orte,² Marco Segone,³ Lívia Maria Da Costa Nogueira,² Florencia Tateossian³ e Josephilda Nhlapo-Hlope⁴

Entre 24 de novembro a 23 de dezembro de 2014, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo – *International Policy Centre for Inclusive Growth* – PNUD (IPC-IG), no marco do projeto NEC – *National Evaluation Capacities* – promoveu uma discussão *online* sobre como incorporar o enfoque de gênero nos sistemas nacionais de Monitoramento e Avaliação (M&A).

A discussão estava relacionada ao compromisso NEC número 18, e foi fundamentada no trabalho *Four steps to more gender-responsive evaluations*, escrito por Marco Segone, da ONU Mulheres. A principal questão proposta foi: “Quais são os principais desafios ao integrar abordagens de igualdade de gênero na avaliação?”

As ideias-chave compartilhadas pelos participantes são apresentadas a seguir:

- De acordo com um participante de [Madagascar](#) defender a igualdade de gênero é crucial, dado que este é um aspecto-chave para atingir o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Para se alcançar avaliações melhores, com foco na igualdade de gênero, os governos devem se concentrar em políticas nacionais e em compromissos nesta área;
- No [México](#), a igualdade de gênero está prevista na Constituição, mas a produção de dados desagregados por gênero não é obrigatória, nem é consistente sua coleta pela administração pública. Segundo um participante do México, se um sistema eficiente de sanções fosse implementado, haveria mais estudos comparativos, políticas públicas poderiam ser mais facilmente adaptadas e as avaliações seriam de melhor qualidade. A coleta de dados desagregados deve ser estimulada, especialmente na América Latina e no Caribe, onde a falta de informações torna difícil a identificação de falhas e a realização de comparações.
- Uma perspectiva da [Espanha](#) mostra que são necessárias melhorias e também aumento no apoio e no desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero em âmbito global, bem como consultas entre defensores de direitos, gestores de políticas e tomadores de decisão. Apesar da existência de um rico e complexo corpo teórico de pesquisas feministas, o seu uso ainda enfrenta resistências por parte dos avaliadores. Visto que questões de gênero situam-se em uma arena política e ideológica, tal resistência apresenta-se com certa frequência. Entretanto, se a igualdade de gênero for ignorada, as avaliações podem deturpar as situações que elas buscam medir e marginalizar ainda mais os indivíduos e os grupos que buscam proteger.
- As avaliações com enfoque de gênero devem estar orientadas a resultados e impactos, de acordo com um participante do [Egito](#). Devem se apresentar medidas de desempenho ajustadas aos diferentes contextos, e todas as partes envolvidas devem colaborar entre si.
- Em [Marrocos](#), o Moudawana (código familiar, de acordo com a lei Marroquina) foi reformado com o objetivo de melhorar o papel da mulher na sociedade e possibilitar mudanças sociais em várias áreas. Também foram reformados os códigos eleitorais, trabalhistas e de nacionalidade, visando favorecer a igualdade de gênero. Além disso, o Orçamento Sensível ao Gênero (BSG) foi institucionalizado, com a finalidade de promover

os direitos humanos para ambos os sexos. Esse conjunto de fatores ajudou a aumentar a sensibilidade de gênero nas avaliações, em especial desde 2002, quando os instrumentos analíticos e indicadores sintéticos sensíveis a questões de gênero – que reforçam os mecanismos de M&A – foram criados. Isso permitiu aos governos um melhor entendimento a respeito dos desafios ao acesso à lei.

- Em **Uganda**, os ministérios regularmente avaliam até que ponto os setores incorporam abordagens de gênero na sua estrutura orçamentária e informam o governo a respeito. A Agência de Estatísticas de Uganda consistentemente produz dados desagregados por gênero, que são frequentemente usados por órgãos de pesquisa, organizações não governamentais e entidades governamentais nos seus sistemas de M&A. A temática de gênero tornou-se uma questão central em processos governamentais, tanto no âmbito da elaboração de políticas, quanto durante sua implementação. Oficiais de setores-chave do governo receberam treinamento em orçamento sensível ao gênero. Todas as entidades governamentais são obrigadas a inserir questões de gênero em seus planos e orçamentos e a assegurar a sua implementação. A Associação de Avaliação de Uganda (UEA) criou padrões de avaliação que exigem dos avaliadores a incorporação de abordagens de gênero e está organizando a Semana de Avaliação de Uganda, onde Gênero será um dos principais tópicos de discussão.
- Na **Tunísia**, de acordo com um dos participantes do debate, uma rede de pontos focais foi criada para discutir e promover a temática de gênero em cada ministério. Também foi mencionado que dados qualitativos e quantitativos devem ser coletados, com o intuito de garantir análises de gênero que reflitam questões de igualdade em toda a esfera governamental. Indicadores sensíveis ao gênero devem ser implementados, permitindo avaliações que mensurem o impacto das políticas públicas na promoção da igualdade de gênero.
- A situação do **Quênia**, apresentada por alguns participantes do debate online também é muito interessante. Apesar de o país possuir uma Associação de Avaliação (ESK) muito ativa na promoção da temática de gênero, e do governo haver implementado uma Política Nacional de Gênero e criado a Comissão Nacional para a Igualdade de Gênero, muitos elementos ainda persistem na busca por uma maior igualdade. Por exemplo, ainda que a nova Constituição de 2010 tenha reforçado as ações afirmativas a respeito da participação das mulheres nos processos de decisão, ainda é predominante a presença masculina nestes processos, especialmente nas decisões concernentes à alocação de recursos orçamentários nacionais. Este elemento é importante já que é crucial para um sistema de Monitoramento e Avaliação (M&A) eficiente do ponto de vista de gênero. A participação feminina ainda é amplamente considerada como uma questão “de mulheres” e não de desenvolvimento em modo geral. Outros elementos a serem tomados em conta são a falta de capacitação para se implementar M&A sensíveis ao gênero, além da debilidade dos vínculos institucionais para o processamento de dados no Quênia. Por fim, foi mencionado que a maioria dos esforços em M&A no país vem se concentrando no monitoramento e que a demanda por avaliações, especialmente avaliações com enfoque de gênero, ainda é baixa. Contudo, o dinamismo criado pela declaração de que 2015 é o Ano Internacional da Avaliação pode ainda impactar positivamente na agenda de M&A sensíveis ao gênero.

De modo geral os participantes mencionaram que a declaração de 2015 como o Ano Internacional da Avaliação ajuda a melhorar o ambiente a favor de melhores capacidades de avaliação em muitos países, entretanto a implementação de avaliações sensíveis ao gênero permanece um desafio. Para superar tais desafios, todas as partes envolvidas devem se envolver na defesa de mais políticas a favor da avaliação, que devem ter em conta o enfoque de gênero.

Referência:

SEGONE, M. *Four steps to more gender-responsive evaluations: The challenge of mainstreaming gender-responsive evaluations*. Nova York: ONU Mulheres, 2014. Disponível em: <<https://www.unteamworks.org/fr/node/466372>>. Acessado em: 03 fev. 2015.

Notas:

1. Este artigo resume a discussão online realizada na plataforma NEC <www.unteamworks.org/NEC> e não reflete as opiniões das instituições e governos nacionais citados. As opiniões expressadas pertencem exclusivamente aos participantes do debate.
2. UNDP/IPC-IG.
3. Escritório Independente de Avaliação da ONU Mulheres.
4. Departamento de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Presidência da África do Sul.